

DESAFIOS DA INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS: TENSÕES ENTRE IGUALDADE E DIFERENÇA

Autor: Augusto Resende Castro; Co-autor: Lucila Ruiz Garcia

Universidad de La Empresa – UDE e-mail: gfabeyro@ude.edu.uy

Introdução

Atualmente, vivemos em uma sociedade cada vez mais globalizada, onde as distâncias parecem estar cada vez menores. No entanto, temos a plena consciência de que as desigualdades estão aí, muitas vezes encobertas por uma utópica e aparente igualdade de acesso e respeito.

Para alguns estudiosos a globalização teve como consequência uma homogeneização, onde foram diluídas identidades e apagadas as marcas de culturas ditas inferiores.

Em contraposição a esse conceito de globalização, temos um discurso social atual que diz se pautar pela igualdade de direitos, oportunidades e condições de acesso. Porém, é cada vez mais comum vermos grupos se organizando para pleitear tratamento igualitário e respeito às diferenças.

O que se pode perceber com estes discursos tão divergentes, é que existe algo que precisa ser mediado e ponderado por todos os atores sociais. Que esta transformação perpassa por todos os segmentos sociais e não pode ser ignorada.

Buscar meios de dar oportunidades iguais a todos, respeitando a diferença de cada um, tem sido um dos maiores desafios da atualidade.

Como a educação tem se posicionado diante deste desafio?

No decorrer deste artigo, vamos poder refletir sobre estas transformações do mundo moderno e às adequações que estas mudanças significativas e aceleradas exigem de nós não só como cidadãos, mas principalmente como profissionais.

Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo de revisão é a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet. (GIL, 2010, p.29)

A pesquisa de revisão bibliográfica possibilita organizar e sintetizar de forma crítica as informações já disponíveis acerca do tema estudado, por meio da seleção dos principais autores que pesquisaram sobre o assunto.

Foram utilizados como fonte de pesquisa os bancos de dados disponíveis no *Google Acadêmico e Scielo*, além de livros disponibilizados pela biblioteca da Universidad de La Empresa, no período compreendido entre os meses de janeiro e março de 2016. Como termos de busca foram usados, em princípio, interculturalidade e direitos humanos e depois acrescentados igualdade e diferença.

O afunilamento e a escolha dos textos utilizados nesta revisão se pautou no grau de proximidade e relevância para o desenvolvimento da área da educação.

Resultados e Discussões

1 A globalização e a diversidade cultural

A globalização representa uma palavra chave de ações políticas que vão produzindo discursos e instituindo proposições que vão sendo tidas como inquestionáveis.

Globalizar pode significar homogeneizar, diluindo identidades e apagando as marcas de culturas ditas inferiores, das raças, etnias, gêneros, linguagens, religiões, grupos, etc. que, segundo a lógica das narrativas hegemônicas, foram identificadas como portadoras de deficiência, inclusive de racionalidade. (FLEURI, 2001, p.46)

Atualmente, como temos uma sociedade e um mundo cada vez mais globalizados, que vive mudanças profundas, muitas vezes não as compreendemos adequadamente.

Para muitos intelectuais e atores sociais, não estamos simplesmente vivendo uma época de mudanças significativas e aceleradas, e sim uma mudança de época. (CANDAUI, 2008, p.45)

Ortiz, distingue globalização de mundialização, concebendo a primeira como referida fundamentalmente à economia, “a produção, distribuição e consumo de bens e de serviços, organizados a partir de uma estratégia mundial e voltada para um mercado mundial” e a segunda como um “fenômeno social total que permeia o conjunto das manifestações culturais”. (ORTIZ, 1994, p.16, p.30 apud CANDAUI, 2008, p.45)

No *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, intitulado *Liberdade cultural num mundo diversificado*, fica bem claro o anseio ao respeito as diversidades culturais:

O que é novo, hoje, é a ascensão de políticas de identidade. Em contextos muito diferentes e de modos muito diversos – desde os povos indígenas da América Latina às minorias religiosas na Ásia do Sul e às minorias étnicas nos Bálcãs e em África, até os imigrantes na Europa Ocidental– as pessoas estão se mobilizando de novo em torno de velhas injustiças segundo linhas étnicas, religiosas, raciais e culturais, exigindo que sua identidade seja reconhecida, apreciada e aceite pela sociedade mais ampla. Sofrendo de discriminação e marginalização em relação a oportunidades sociais, econômicas e políticas, também exigem justiça social. (PNUD, 2004, p. 1 apud CANDAUI, 2008, p.46)

Em todo o mundo as pessoas são mais afirmativas para exigir respeito pela sua identidade cultural. Muitas vezes, o que exigem é justiça social e mais voz política. Mas não é tudo. Também exigem reconhecimento e respeito... E importam-se em saber se eles e os filhos viverão em uma sociedade diversificada ou numa sociedade em que se espera que todas as pessoas se conformem com uma única cultura dominante. (PNUD, 2004, p. 22 apud CANDAUI, 2008, p.46)

2 Igualdade ou diferença

A tensão entre igualdade e diferença, é cada vez mais presente no debate público e nas relações internacionais.

Toda a luta da modernidade vinha enfatizando e postulando a questão da igualdade.

Igualdade entre todos os seres humanos, independente de origens raciais, nacionalidade, culturas, classes sociais, opções sexuais, entre outras.

Atualmente, época que é chamada por muitos estudiosos de pós-modernidade, o enfoque da discussão parece ter mudado, e o centro da discussão passa a ser a diferença. Não se nega a igualdade, mas evidencia-se muito mais o respeito às diferenças.

Pierucci, em seu livro *Ciladas das diferenças* diz:

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo que a resposta se abrigava segura de si no primeiro termo da disjuntiva. Já faz um quarto de século, porém, que a resposta se deslocou. A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se, em ritmo acelerado e perturbador, a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de fato [...], mas somos também diferentes de direito. É o chamado “direito à diferença”, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. The right to be different!, como se diz em inglês, o direito à diferença. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos, motiva-nos muito mais, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros. (PIERUCCI, 1999, p. 7 apud CANDAU, 2008, p.47)

A questão da diferença, postulada tão fortemente nos dias atuais, assume um papel de tamanha importância que a diferença passa a ser tratada como um direito do ser humano.

No entanto, igualdade e diferença não possuem papéis antagônicos, mas sim, articulados onde o respeito a um ocasiona e gera o respeito ao outro.

Mas como a educação, e principalmente os professores devem se portar diante dessa realidade que trata de igualdades e diferenças? Como deve ser tratada essas questões em sala de aula?

É mais do que comum, a postura de uma cultura escolar pautada sobre a afirmação de igualdade, sob a lógica da modernidade que guia os processos educacionais.

A pesquisadora Emília Ferreiro, ressalta as dificuldades que a escola pública latino-americana possui em trabalhar e lidar com as diferenças:

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças. (FERREIRO, 2001, apud LERNER, 2007, p. 7 apud CANDAU, 2012, p.238)

Vera Maria Ferrão Candau, pesquisadora do tema igualdade e diferenças há anos, afirma que nos discursos dos professores por ela entrevistados, é comum notarmos uma equivalência entre igualdade e homogeneidade. Igualdade é tida como sinônimo de uniformização, padronização, sob uma orientação de que todos têm direito ao acesso a uma mesma cultura comum. Uniformes,

processos de ensino-aprendizagem, materiais didáticos, sistema de avaliação, tudo padronizado, esforçando-se ao máximo para tornar tudo igual para todos.

Partindo desta perspectiva instalada, toda e qualquer diferença é inviabilizada, negada ou silenciada, e mais, é tratada como um grave problema que precisa ser combatido, dentro dos processos pedagógicos de caráter monocultural.

Quanto ao termo “diferença”, nos depoimentos dos educadores, é frequentemente associado a um problema a ser resolvido, à deficiência, ao déficit cultural e à desigualdade. Diferentes são aqueles que apresentam baixo rendimento, são oriundos de comunidades de risco, de famílias com condições de vida de grande vulnerabilidade, que têm comportamentos que apresentam níveis diversos de violência e incivilidade, os/as que possuem características identitárias que são associadas à “anormalidade” e/ou a um baixo capital cultural. Enfim, os diferentes são um problema que a escola e os educadores têm de enfrentar, e esta situação vem se agravando e não sabemos como lidar com ela. Esta é a tônica que predomina nos relatos dos educadores. Somente em poucos depoimentos a diferença é articulada a identidades plurais que enriquecem os processos pedagógicos e devem ser reconhecidas e valorizadas. (CANDAU, 2012, p.239)

Não podemos desconsiderar, que hoje, é impossível trabalhar as questões relacionadas à igualdade sem abordarmos a temática das diferenças, nem vice-versa.

Igualdade e diferença não podem ser encarados como temas oponentes. Igualdade opõe-se à desigualdade, assim como diferença opõe-se à padronização, à uniformização.

Quando abordamos esta temática de igualdade e diferenças, queremos na realidade provocar uma discussão que leve a desconstrução de padronizações e diminuição ou erradicação das desigualdades que permeiam nossa sociedade. Que seja construída uma igualdade, que assume o direito básico de todos, mesmo que todos não sejam padronizados, mas sim respeitados dentro das suas diferenças e particularidades.

Esta reconstrução de valores e mudança postural diante dos novos moldes da nossa sociedade pós-moderna, é que precisam nortear as práticas dos nossos educadores e invadir as salas de aulas.

Esta articulação entre igualdade e diferenças não é simples sob nenhum ponto de vista, nem teórico e nem socioeducativo, e está no centro dos debates contemporâneos sobre direitos humanos.

3 Os direitos humanos e sua real universalidade

O discurso sobre direitos humanos possui uma longa trajetória histórica sempre intimamente ligada às lutas sociais. No entanto, este discurso vem passando por algumas tensões, posto que direitos que pareciam plenamente assegurados nas mentalidades e nas políticas internacionais, têm sido desprezados e verdadeiramente esquecidos.

Apesar de muitos esforços em defesa e proteção dos direitos fundamentais, através de políticas públicas e de organizações da sociedade civil, em nosso país, infelizmente, ainda se multiplicam as violações a esses direitos.

Os direitos humanos também têm estado em discussão em virtude de ter adquirido uma configuração marcada por referenciais da modernidade, que são pautados na igualdade, liberdade e universalidade. Muitos grupos afirmam que a maneira que estes direitos foram construídos, não respeitaram e nem reconheceram as diferenças culturais, as diferentes visões de mundo e nem as diversas lógicas de produção de conhecimento e, em razão disto, consideram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma expressão do ocidente e da tradição europeia.

Diante das tensões existentes, estudiosos do tema, defendem a ressignificação dos direitos humanos na contemporaneidade, onde haja articulação entre igualdade e diferença e o respeito a interculturalidade seja aspecto fundamental.

[...] enquanto forem concebidos como direitos humanos universais em abstrato, os Direitos Humanos tenderão a operar como um localismo globalizado, e, portanto, como uma forma de globalização hegemônica. Para poderem operar como forma de cosmopolitismo insurgente, como globalização contra-hegemônica, os Direitos Humanos têm de ser reconceitualizados como interculturais. (SANTOS, 2006, p. 441-442)

Para o sociólogo Boaventura Sousa Santos, os direitos humanos foram construídos dentro da perspectiva do “localismo globalizado” (processo pelo qual determinada realidade local é globalizada com sucesso), posto que esta era a matriz hegemônica da modernidade, presente no expansionismo europeu, e que tem predominado até hoje, com diferentes versões.

No entanto, ainda segundo Santos, existem globalizações hegemônicas (de cima para baixo) e globalizações contra hegemônicas (a partir de baixo). Uma das contra hegemônicas ele chama de “cosmopolitismo insurgente e subalterno”, que surge dos grupos locais, das organizações da sociedade civil, dos temas que nascem verdadeiramente dos diferentes atores sociais.

E é a partir desta perspectiva da globalização contra hegemônica, do cosmopolitismo insurgente e subalterno, que ele acredita que os direitos humanos devam ser ressignificados, de forma a não negar suas raízes e nem a sua história, mas trazê-las para a problemática de hoje, para que esses direitos possam passar por um processo de reconceitualização.

Não é uma questão de afirmação da igualdade e nem de negação da diferença, mas sim na busca do equilíbrio entre as duas questões, ou simplesmente conseguir o direito a igualdade respeitando-se as diferenças.

Uma das questões centrais desta dialética encontra-se em como trabalhar a igualdade na diferença, ou seja, como superar toda desigualdade e ao mesmo tempo, reconhecer as diferenças culturais.

“Temos o direito de ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.” (SANTOS, 2006, p.462)

4 A Educação Intercultural

A educação intercultural na América Latina, vem apresentando um amplo desenvolvimento nos últimos anos, tanto em relação a políticas públicas quanto em relação a movimentos sociais e produção acadêmica.

Pesquisadores e estudiosos afirmam que “educação intercultural” admite diversas leituras e possui múltiplos referenciais teóricos.

Lopez Hurtado Quiroz, especialista nesta temática, faz a seguinte síntese da trajetória de incorporação da educação intercultural na agenda latino-americana:

Nestes 30 anos, desde que o termo foi acunhado na região, a aceitação da noção transcendeu o âmbito dos programas e projetos referidos aos indígenas e hoje um número importante de países, do México à Terra do Fogo, vêm nela uma possibilidade de transformar tanto a sociedade em seu conjunto como também os sistemas educativos nacionais, no sentido de uma articulação mais democrática das diferentes sociedades e povos que integram um determinado país. Desde este ponto de vista, a interculturalidade supõe agora também abertura diante das diferenças étnicas, culturais e linguísticas, aceitação positiva da diversidade, respeito mútuo, busca de consenso e, ao mesmo tempo, reconhecimento e aceitação do dissenso, e na atualidade, construção de novos modos de relação social e maior democracia. (QUIROZ, 2007, p.21-22, apud CANDAU, 2012, p.242)

A educação intercultural no continente latino americano, deixa ser restrita a educação indígena, para ser elemento fundamental na construção de sistemas educativos e de uma sociedade democrática que respeite os diferentes grupos socioculturais pertencentes a ela.

Diante desta realidade, precisamos entender a relação entre multiculturalismo e interculturalidade. Seriam eles termos antagônicos? Complementares? Sinônimos?

Não existe um consenso, ou uma unanimidade sobre estes conceitos. Para alguns autores os termos se contrapõem, o multiculturalismo sendo visto como a afirmação dos diferentes grupos culturais na sua diferença, e o interculturalismo pondo um acento nas inter-relações entre os diversos grupos culturais. Outros tratam os termos como sendo praticamente sinônimos, o termo multiculturalismo sendo mais próprio da produção acadêmica anglo-saxônica e a interculturalidade dos países de línguas neolatinas.

Candau (2012) afirma que a palavra multiculturalismo é polissêmica, admitindo pluralidade de significados, e que a necessidade de adjetiva-la evidencia isto. Expressões como multiculturalismo *conservador, liberal, celebratório, crítico, emancipador, revolucionário*, podem ser encontradas na produção sobre o tema e se multiplicam continuamente.

No entanto, para a autora, é possível reduzir a diversidade de sentidos atribuídos ao termo em três fundamentais, que ela denomina como multiculturalismo assimilacionista, multiculturalismo diferencialista e multiculturalismo interativo, também denominado como interculturalidade.

O multiculturalismo assimilacionista parte do reconhecimento que nas sociedades em que vivemos, todos os cidadãos e cidadãs não possuem as mesmas oportunidades. Pessoas de grupos diversos, como negros, indígenas, homossexuais, deficientes, pessoas oriundas de determinadas regiões geográficas dentro do próprio país ou de outros países e de classes mais populares não possuem o mesmo acesso a bens, serviços e direitos fundamentais que outros grupos sociais, em geral de classes mais altas, brancos e com maior grau de escolarização. A política assimilacionista vai favorecer que todos se integrem na sociedade e que sejam incorporados a uma cultura hegemônica. Não se mexe na matriz, mas tenta inculcar e reproduzir nos grupos marginalizados a valorização da cultura hegemônica. Na educação promove-se a universalização da escolarização, onde todos são chamados a participar do sistema escolar, porém sem poder questionar a monocultura que impregna tanto os currículos quanto a prática dos atores envolvidos neste processo de ensino.

O multiculturalismo diferencialista, parte da afirmação que a ênfase da assimilação, acaba por negar ou até mesmo por silenciar as diferenças. Ele propõe que a ênfase seja colocada no reconhecimento das diferenças, com a intenção de garantir a expressão dos diferentes grupos culturais e sociais, presentes nas sociedades.

O multiculturalismo interativo, acentua a interculturalidade, por considera-la a mais adequada para a construção das sociedades democráticas, que articulem políticas de igualdade e de reconhecimento dos diferentes grupos culturais.

Catherine Walsh (2009, apud CANDAU, 2012, p.243-244), distingue três concepções principais de educação intercultural presentes no continente latino americano. A primeira intitula *relacional* e refere-se basicamente ao contato e intercâmbio entre culturas e sujeitos socioculturais. Esta concepção tenta reduzir as relações interculturais ao das relações interpessoais e minimiza conflitos e assimetria de poder entre pessoas e grupos pertencentes a culturas diversas. As outras

duas posições apresentadas pela autora estão baseadas no filósofo Fidel Tubino (2005), e são a interculturalidade *funcional* e a *crítica*.

Ainda segundo a mesma autora, no interculturalismo funcional, a interculturalidade é assumida como estratégia para favorecer a coesão social, assimilando os grupos sociais subalternos à cultura hegemônica, sem afetar as estruturas e as relações de poder vigente. Já o interculturalismo crítico tem como foco principal colocar estas relações em questão. Questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, entre outros.

Esta última concepção, afirma que a interculturalidade aponta para a construção de uma sociedade que assuma as diferenças como parte fundamental na verdadeira construção da democracia, embasadas em novas relações, que sejam verdadeiramente igualitárias, e capazes de empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados.

Candau, a partir da perspectiva da interculturalidade crítica, buscou construir coletivamente em seu grupo de pesquisa um mapa conceitual da expressão “educação intercultural”. O primeiro passo para isto consistiu em elencar quatro categorias básicas descritas a seguir:

A primeira categoria, *sujeitos e atores*, refere-se à promoção de relações tanto entre sujeitos individuais quanto entre grupos sociais integrantes de diferentes culturas. A interculturalidade fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como questiona uma visão essencializada de sua constituição. Potencializa os processos de empoderamento, principalmente de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados, e a construção da autoestima, assim como estimula os processos de construção da autonomia num horizonte de emancipação social, de construção de sociedades onde sejam possíveis relações igualitárias entre diferentes sujeitos e atores socioculturais.

Quanto à categoria de *saberes e conhecimentos*, convém ter presente que há autores que empregam estes termos como sinônimos, ao passo que outros os diferenciam e problematizam a relação entre eles. O que denominam conhecimentos está constituído por conceitos, ideias e reflexões sistemáticas que guardam vínculos com as diferentes ciências. Esses conhecimentos tendem a ser considerados universais e científicos, assim como a apresentar um caráter monocultural. Quanto aos saberes, são produções dos diferentes grupos socioculturais, estão referidos às suas práticas cotidianas, tradições e visões de mundo. São concebidos como particulares e assistemáticos.

A categoria *práticas socioeducativas*, referida à interculturalidade, exige colocar em questão as dinâmicas habituais dos processos educativos, muitas vezes padronizadores e uniformes, desvinculados dos contextos socioculturais dos sujeitos que deles participam e baseados no modelo frontal de ensino-aprendizagem. Favorecem dinâmicas participativas, processos de diferenciação pedagógica, a utilização de múltiplas linguagens e estimulam a construção coletiva.

A quarta categoria, *políticas públicas*, aponta para as relações dos processos educacionais com o contexto político-social em que se inserem. A perspectiva intercultural crítica reconhece os diferentes movimentos sociais que vêm se organizando, afirmando e visibilizando questões identitárias. Defende a articulação entre políticas de reconhecimento e de redistribuição, não desvinculando as questões socioeconômicas das culturais e apoia políticas de ação afirmativa orientadas a fortalecer processos de construção democrática que atravessem todas as relações

sociais, do micro ao macro, na perspectiva de uma democracia radical. (CANDAU, 2012, p. 245-246)

Sob o prisma destas categorias básicas apresentadas por Candau, podemos conceitualizar “educação intercultural” como sendo aquela que promove a relação entre sujeitos individuais e diferentes grupos sociais e culturais; potencializa o empoderamento dos menos favorecidos historicamente em busca da construção de uma sociedade igualitária entre diferentes atores; produz e reconhece a produção de saberes através das práticas cotidianas, tradições e visões de diferentes grupos culturais e sociais; favorece a processos pedagógicos diferenciados que levem em consideração as diferenças entre os sujeitos e ofereça igual qualidade nos processos de ensino e aprendizagem a todos os envolvidos; que fortaleça os processos de construção democrática que atravessem todas as relações sociais.

Conclusões

A educação e todos os seus atores, principalmente os educadores, são desafiados a todo o momento a promover um processo de desconstrução de preconceitos e discriminações que impregnam, muitas vezes de forma velada, as relações sociais e educacionais na sociedade em que vivemos.

Para que realmente a educação intercultural seja promovida, é necessário mergulharmos neste universo dos preconceitos e discriminações, e tentar bani-los das mentes e comportamentos de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Desmistificar e desconstruir estereótipos que naturalmente povoam os imaginários individuais sobre os diferentes grupos socioculturais, é fundamental, posto que sem isso não se consegue começar a caminhar em direção ao verdadeiro respeito e exercício da interculturalidade.

Questionar os aspectos monoculturais e o etnocentrismo, presentes implícita e explicitamente nas escolas e em seus currículos, de forma que se provoque a reflexão de como e porque determinados conteúdos curriculares foram selecionados em detrimento de outros, desestabilizando-se assim a universalidade dos conhecimentos, valores e práticas, que se é pretendida ou preconizada nas ações educativas.

Um outro grande desafio é a articulação entre igualdade e diferença no nível das políticas educativas e das práticas pedagógicas. Reconhecendo e valorizando as diferenças culturais, dos diversos saberes e práticas e garantindo o direito à educação de todos. Reconstruindo o que é tido por “comum” a todos, garantindo assim, que os diferentes sujeitos socioculturais se reconheçam e a

igualdade seja explicitada nas diferenças que são assumidas como referencial comum, rompendo dessa forma com o caráter monocultural que impregna a cultura escolar.

A promoção de experiências de interação sistemática com o outro, ou seja, com diferentes culturas, modo de viver e de pensar. Não de forma pontual, em momentos isolados ou nas datas comemorativas, mas em forma de projetos que garantam o diálogo e a construção conjunta entre os diversos grupos, de diferentes procedências sociais, étnicas, religiosas, culturais, entre outras. No que tange à escola, afeta a seleção de currículos, organização escolar, linguagens, práticas didáticas, papel de professores e estudantes e a relação com a comunidade na qual está inserida.

Especial importância deve-se dar ao favorecimento de processos de empoderamento, principalmente voltados aos sujeitos sociais que tiveram historicamente menos poder na sociedade, e conseqüentemente, menores possibilidades de influir nas decisões e nos processos coletivos. Este empoderamento começa por liberar o potencial que cada um possui de ser sujeito de sua vida e participar efetivamente da vida social. Coletivamente, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados e marginalizados, favorecendo uma participação ativa na sociedade civil, promovendo transformações sociais. Tem a possibilidade de corrigir as marcas da discriminação construída ao longo da história.

Como bem foi tratado como um desafio, o desenvolvimento de uma educação intercultural, é uma questão complexa. Exige problematizar diversos elementos que estão concebidos atualmente nas práticas educativas e sociais. As relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação, colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana, num mundo onde parece não se reconhecer mais tais questões como essenciais.

A educação intercultural afirma uma perspectiva alternativa e contra hegemônica de construção social, política e educacional. Promove o reconhecimento do outro, o diálogo entre diferentes grupos sociais. É uma educação para a negociação cultural e não para a exclusão ou discriminação de culturas.

A perspectiva intercultural está orientada na construção de uma sociedade democrática, que valorize e respeite todas as diferenças e trate com igualdade seus diversos atores sociais.

Este projeto pode parecer bastante utópico. É, certamente, tão utópico quanto o respeito universal pela dignidade humana. E nem por isso este último deixa de ser uma exigência ética séria. Como disse Sartre, antes de concretizada, uma ideia apresenta uma estranha semelhança com a utopia. Nos tempos que correm, o importante é não reduzir a realidade apenas ao que existe. (SANTOS, 2006, p. 470 apud CANDAU, 2008, p.55)

Referências

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia**. Lua Nova, São Paulo, n. 38, p. 223-237, Dec. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200011&lng=en&nrm=iso Acesso:30 mar. 2016
- CANDAU, Vera Maria. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, p. 235-250, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/873/87322726015/> Acesso: 24 mar. 2016
- CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf> Acesso: 24 mar. 2016
- CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural e cotidiano escolar**. 7Letras, 2006.
- CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a escola**. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Desafios à educação intercultural no Brasil**. Educação, Sociedade e Cultura, n.16, p.45-62, 2001. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf> Acesso 24 mar. 2016
- GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut Internacional des Droits de 1º Enfant, p. 1-11, 2005. Disponível em: http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf Acesso 25 fev. 2016
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HERNAIZ, Ignácio. **Educação na diversidade: experiências e desafios na Educação Intercultural Bilíngue**. Edição Eletrônica. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=636-vol-28-educdiv-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 Acesso: 10 mar. 2016
- MACEDO, Elizabeth. **Por uma política da diferença**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 327-356, 2006.
- RAMOS, Maria da Conceição Pereira. **Ambiente, educação e interculturalidade**. Revista Tempos e Espaços em Educação, 2014. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2284/2006> Acesso 08 mar. 2016
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.